



Significado social da vitória de Dilma

Wladimir Pomar

Ensaísta e analista político

É provável que, após 1989, as eleições de 2014 tenham sido aquelas em que as direitas, tanto a conservadora quanto a reacionária, colocaram com total clareza sua decisão de impedir a continuidade de qualquer experiência de governo com matiz popular e democrático. Elas não esconderam seu propósito de “acabar com o PT”, “expurgar o chavismo”, “impedir a sovietação”, “barrar o bolivarianismo”, “dar um basta na roubalheira petralha” etc etc. Repetiram chavões cujos fantasmas se supunha exorcizados da vida política da jovem democracia liberal brasileira.

É evidente que essa inclinação e esse propósito reacionários já haviam emergido fortemente nas eleições de 2010. E que, durante os quatro anos de governo Dilma foram se tornando, bem antes das eleições de 2014, a linha geral do partido da mídia e das correntes políticas de direita na máquina do governo, no Congresso e no Judiciário. Em contraposição a isso, o PT e o governo Dilma mantiveram-se inermes. Não avaliaram apropriadamente tal inclinação e tal propósito, consideraram que o sistema financeiro e o grande empresariado continuavam inclinados a aceitar governos dirigidos pelo PT, e cometeram erros de diferentes tipos que permitiram à direita influenciar setores intermediários e populares da sociedade.

De início, o PT e o governo foram derrotados na guerra da comunicação. Durante os anos de governo Dilma houve uma quase total ausência de reação aos ataques da direita. Ocorreu aquilo que alguns setores do PT chamam, eufemisticamente, de “ausência de uma narrativa dos feitos”. A disputa da opinião pública foi totalmente deixada ao Deus dará, mesmo em relação aos acontecimentos em que os fatos desmentiam sobejamente a propaganda da direita, como foi o caso da Copa do Mundo.

Nessas condições, ao invés de pontuar e debater com os setores majoritários da sociedade, tanto os populares e intermediários, quanto as frações burguesas interessadas no desenvolvimento nacional independente, a candidatura petista viu-se constrangida a

gastar a maior parte de seu tempo justificando as políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Para piorar, as questões econômicas, que ocuparam o centro da disputa em virtude da crise mundial e de sua repercussão no Brasil, foram tratadas como temas econométricos e não como temas políticos, ou de política econômica, ou de economia política.

Tendo por base um viés supostamente “social”, a campanha petista erigiu como centro da disputa um projeto de país livre dos temas econômicos. Contrapôs um “governo para todos” ao “governo para poucos”, dos neoliberais. “Governo para todos” que já teria retirado o Brasil “do mapa da fome mundial” e que, a partir de 2014, “avançaria na educação”. Governo que avançara na infraestrutura elétrica e evitara que a seca afetasse os consumidores de eletricidade, ao contrário do governo neoliberal do racionamento de água em São Paulo.

Esse “governo para todos”, reeleito, trataria dos temas urbanos de moradia, transporte, saúde, segurança, educação, saneamento, que haviam emergido nas jornadas de junho de 2013, como demandas ampliadas das camadas sociais que melhoraram suas condições de vida nos últimos 12 anos de governos petistas. E levaria o Estado a investigar e punir os casos de corrupção, ao contrário dos governos do PSDB, nos quais a corrupção jamais foi investigada ou punida. Bem vistas as coisas, o “projeto” petista apenas reafirmou dar continuidade ao que foi feito.

Em sentido oposto, os intelectuais que apoiaram Aécio Neves afirmaram hipotecar tal apoio, entre outras coisas, porque “a estabilidade e o crescimento econômicos são condições indispensáveis para que a redução das desigualdades seja efetiva, e a retomada do desenvolvimento seja sustentável”. Entre esses intelectuais estavam não apenas tucanos de alta plumagem, e alguns ex-petistas que haviam se bandeado para o neoliberalismo logo após a vitória de FHC, em 1994. Também assinaram o manifesto alguns intelectuais que haviam combatido o neoliberalismo de FHC e haviam permanecido por um tempo razoável na esquerda. Estes intelectuais foram arrastados junto com o centro político precisamente pelos problemas relacionados com a economia.

A maioria da sociedade brasileira, composta pelos trabalhadores urbanos e rurais, quer mudanças. Quer acabar com a impunidade de corruptos e corruptores. Quer acabar com o toma-cá-dá-lá nas relações do governo com o Congresso. Quer que os movimentos sociais tenham suas vozes ouvidas. Quer resolver os problemas urbanos, ampliar e dar qualidade aos serviços públicos de transporte, saneamento, saúde, educação e

segurança. Demandas reais que dependem do crescimento econômico sustentado, capaz de gerar mais empregos, criar condições para maiores salários, e fornecer ao Estado os recursos indispensáveis para atender a tais demandas.

É evidente que a “estabilidade e o crescimento econômico” são jargões neoliberais que mascaram o verdadeiro sentido das propostas econômicas tucanas. Porém, por parte da candidatura petista, houve um vazio de propostas efetivas em torno da política econômica, ou da economia política brasileira. Isto, aliado à campanha demolidora da direita e de suas falsas promessas, e à ausência de firmeza na batalha cultural e de comunicação, permitiu não só que intelectuais antes incorporados à esquerda, mas também setores das classes populares e intermediárias se deixassem enganar pelas propostas genéricas da direita.

É isso que se pode deduzir ao analisar os resultados das eleições, tanto as majoritárias quanto as proporcionais, em âmbito nacional e estadual. Será preciso reconhecer que as classes e setores populares, frente às suas demandas crescentes, não se apresentaram unificadas. Situação que se refletiu nos movimentos sociais, nos partidos aliados do PT, nas redes sociais, e em outras variáveis que influíram na decisão dos votos.

Não é outro o motivo que tem permitido à direita e parte do centro pressionarem o governo eleito para adotar a política dos eleitoralmente vencidos. As derrotas do governo no Congresso, logo após as eleições, onde formalmente possui maioria, são uma demonstração da nova conjuntura e da nova correlação de forças estabelecida pelos resultados eleitorais.

Nessas condições, não será fácil ao PT e ao governo Dilma manter e ampliarem as políticas que tiraram da pobreza e da miséria grandes contingentes populacionais. Nem manter como instrumentos principais dessas políticas a geração de empregos e aumentos reais de salários. Em termos políticos, precisarão de uma estratégia que unifique a maior parte da esquerda, reconquiste setores consideráveis da centro-esquerda e do centro, neutralize a centro-direita, e isole a direita. E, para realizar tal cavalo-de-pau, necessitarão, antes de tudo, retomar a relação umbilical com as grandes massas populares. O que demanda uma análise das mudanças ocorridas na sociedade brasileira nos últimos 12 anos.

É preciso ter em conta que, nesse período, surgiram uma nova classe trabalhadora, novas camadas médias, e novas gerações de excluídos, com demandas ao mesmo tempo semelhantes e diferentes de quando o governo Lula iniciou seu mandato presidencial. E que as antigas classes dominantes, articuladas com capitais estrangeiros, também se

reciclaram e, ao invés de haverem diminuído e terem reduzido seu poder econômico, cresceram e reforçaram tal poder sobre a economia brasileira.

Paralelamente, esgotou-se o modelo de crescimento através do estímulo ao aumento do poder de compra das camadas mais pobres da população, seja pelo incremento do salário mínimo, seja pela ação das outras políticas de redistribuição de renda. O que exige uma estratégia de desenvolvimento que tenha como eixo os investimentos produtivos, em especial na agricultura familiar de alimentos e na indústria de não-duráveis. Este é o único caminho viável para combater a inflação através do aumento da oferta, perseverar no crescimento dos empregos e dos salários, e gerar recursos para resolver as graves lacunas na saúde, saneamento, educação, transportes públicos, arborização, e em outras áreas críticas.

Só com uma retomada firme do crescimento econômico naquela nova base será possível isolar a direita e avançar no rumo de reformas democratizantes e estruturais. Nesse rol se incluem as reformas políticas, principalmente as que eliminem o financiamento privado das campanhas eleitorais, aprovem a democratização da propriedade dos meios de comunicação, e institucionalizem as formas de participação social no controle e nas decisões dos órgãos políticos do país. Nessas reformas devem, ainda, ser incluídas a agrária, a urbana e a tributária, o fim do fator previdenciário, a desmilitarização das polícias militares, a jornada de 40 horas semanais, a recuperação dos sem-emprego para a educação e o trabalho, a punição aos torturadores do regime militar, a democratização do poder judiciário, a demarcação das terras indígenas, uma política externa soberana que contribua decisivamente para a integração sul-americana, a multipolaridade, e a paz mundial.

O Congresso eleito será um obstáculo a qualquer dessas reformas, talvez mais ainda do que o Congresso atual. Nessas condições, a única forma de conseguir avanços reais nas reformas necessárias ao desenvolvimento político, cultural, social e econômico do país reside na possibilidade de desencadear um amplo processo de mobilização e organização de milhões de brasileiros. Não só daqueles que propiciaram a vitória eleitoral de Dilma, mas também dos setores populares e médios que acreditaram que a direita seria capaz de atender a suas demandas de mais crescimento, mais empregos, melhores condições de vida, mais direitos democráticos, e mais soberania nacional.

Para que isso aconteça, talvez a condição básica consista numa reviravolta política do PT. Após haver jogado todas as suas forças na ação institucional, terá que retomar sua antiga tradição de mobilizador social e cultural. Terá que refazer seus laços e raízes com

a base da sociedade, e reaprender a dialogar com seus próprios militantes e com aqueles que, embora não sejam do PT e o critiquem, enfrentem o mesmo inimigo principal. Portanto, terá que se dispor a negociar com os partidos, setores de partidos, intelectuais, movimentos de juventude, movimentos sindicais e outros movimentos sociais que possuem, em comum, o mesmo inimigo. E que, em função disso, são capazes de estabelecer um programa comum e uma frente única em defesa da democracia, de reformas democráticas e populares, de desenvolvimento econômico soberano, e de luta contra a corrupção.

Em termos sociais, isso significa trabalhar com afinco na retomada dos laços com as diversas frações da classe dos trabalhadores assalariados, com o campesinato sem-terra e proprietário familiar, com a pequena-burguesia urbana e com os setores da burguesia interessadas no desenvolvimento industrial e econômico soberano. E adotar uma tática que leve em conta o grau de organização e mobilização dessas classes e setores sociais, assim como o poder da grande burguesia, em especial da burguesia financeira e corporativa. O que exige adotar prioridades nas políticas e reformas, e procurar avançar dois passos, tendo sempre presente a necessidade de ter de recuar um passo após o avanço anterior.

Nessas condições, o significado social da vitória de Dilma é muito mais problemático do que a vitória de Lula, em 2002. Por um lado, ela não pode mais adiar os investimentos na agricultura familiar e na indústria de bens de consumo corrente como foco inicial e principal de um novo modelo de crescimento econômico, de combate à inflação, e de orientação da macroeconomia. Por outro lado, a correlação de forças é mais desfavorável do que a dos períodos anteriores, mas as condições para a mobilização social são muito mais favoráveis.

Portanto, se houver uma profunda mudança subjetiva no PT e no governo, poderá ocorrer a consolidação dos avanços anteriores, a implementação de novas mudanças, e a realização de reformas estruturais.

Wladimir Pomar

28/11/2014

